Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1365
Carimbado Eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, os bens penhorados, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia **10/09/2025, com encerramento às 10:30 horas**. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do **SEGUNDO LEILÃO:** dia **17/09/2025, com encerramento às 10:30 horas**, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), **exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE**: **OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.** Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão**.**
No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

LOCAL: Através do site *www.rioleiloes.com.br*.

PROCESSO: Autos n° **0001602-66.2003.8.19.0050** de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, em que são Exequentes **ESPÓLIO DE ANTÔNIO JOSÉ PADILHA LEITE (CPF: 413.642.607-00), LAURA MÁRCIA PEREIRA DA SILVA VALENTE (CPF: 737.251.027-91)** e Executados **ANTÔNIO CARLOS BARROS DE LIMA (ESPÓLIO) (CPF: 050.687.897-04), ESPÓLIO DE NEY FREITAS LIMA (CPF: 860.650.847-00), EVELYN MARTINS LIMA (CPF: 861.989.207-04), FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS LIMA (CPF: 677.652.207-30), HELLE NICE FREITAS LIMA (ESPÓLIO)**.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1366
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

DESCRIÇÃO DOS BENS: 03 (três) Imóveis rurais, distintos e anexos, situados em Paraíso do Tobias, 2º Distrito do Município de Miracema/RJ, sendo: 01) Matrícula nº 129: Imóvel agrícola denominado Retiro Saudoso situado na zona rural de Paraíso do Tobias, 2º Distrito do Município de Miracema/RJ, medindo 38.72,00ha ou seja 387.200m², equivalente a oito alqueires dos de cem por braças de terras mais ou menos, em várzea, pasto e mato, que se encontra com Olavo Benedito, com Carlos Zanco e irmãos com herdeiros ou sucessores de João Pedro Schelck, e com propriedades do outorgado comprador. Imóvel cadastrado no INCRA sob o nº 512.028.001210 e matriculado sob nº 129 no Cartório de Registro de Imóveis de Miracema/RJ; 02) Matricula nº 77: Propriedade agrícola denominada Palmital, medindo a área total de 104,66,00, ou sejam 1.040.600m², ou ainda 21 alqueires dos de 100x100 braças quadradas e mais 24.200m² de terras, situada em Paraíso do Tobias, 2º distrito do Município de Miracema/RJ, que se confronta por seus diversos lados, por terrenos em várzeas, pastos e capoeiras, com terras doadas à Margarida Lima Souto, com Antônio Schelck, João Pedro Schelck e com terras doadas à Maria Aparecida Lima Linhares. Imóvel matriculado sob nº 77 no Cartório de Registro de Imóveis de Miracema/RJ; 03) Matricula nº 808: Àrea de terras remanescente da propriedade agrícola denominada Palmital e outros, situada na zona rural do 2º Distrito do Município de Miracema/RJ, medindo 741.730,00m², em várzea, pasto, macega e capoeira e mais a área restante da propriedade Retiro Saudoso, com 02.42.00ha, isto é 24.200,00m² e o sítio denominado Cachoeira Alegre, com 04.84.00ha, ou sejam 48.400,00m² equivalente a um alqueire dos de 100x100 braças, estas duas áreas anexas à propriedade descrita em primeiro lugar, passando a constituir, todas, uma única propriedade com a denominação de Palmital, com o total de 104.00.06ha, correspondentes a 1.040.600m², ou ainda, 21 alqueires dos de 100x100 braças e mais 24.200,00m², que se confronta por seus diversos lados com terras doadas a Margarida Lima Souto, com Antônio Sentineli, com a propriedade Recreio, adiante descrita, com herdeiros ou sucessores de João Pedro Schelck, e com terras doadas a Maria Aparecida Lima Linhares. Imóvel cadastrado no INCRA sob nº 320700401096 e matriculado sob nº 808 no Cartório de Registro de Imóveis de Miracema/RJ. Obs.: o terreno está muito sujo, os três terrenos são anexos e estão dos dois lados da estrada estrada, sendo que na parte de cima, direita de quem vai

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1367
Carimbado Eletronicamente

para Paraíso, tem bastante morro e apenas um curral sem cobertura em mau estado de conservação. Na parte de baixo da estrada, à esquerda de quem vai para Paraíso, há uma várzea muito extensa, que chega à estrada de Areias, porém também muito sujo, tomado por capituba, na parte denominada Retiro Saudoso, há uma queda d'água, mas com muito mato e, segundo informações, abaixo há um açude, mas que secou devido também a muita sujeira e matagal, estando toda a propriedade em péssimo estado de conservação.

(RE)AVALIAÇÃO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), em 17 de outubro de 2024.
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
**No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.*

VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 1.330.497,17 (um milhão, trezentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos), em 03 de julho de 2023.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Conforme descrição acima.

DEPOSITÁRIO: ANTÔNIO CARLOS BARROS DE LIMA (espólio) - Rua Nilo Peçanha, 95, Apto 203, Ingá, Niterói/RJ.

ÔNUS: 01, 02, 03) Arresto nos autos n° 0001036-68.2003.8.19.0034 (2003.034.001221-9), de Carta Precatória, da Vara Cível de Miracema/RJ (devolvida). Outros eventuais constantes nas matrículas imobiliárias.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1368
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo MM. Juízo Comitente.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, fincando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência dos bens arrematados, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.rioleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, Sr. **RENATO GUEDES ROCHA**, JUCERJA sob n°. 211/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1370
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.rioleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1371
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrecidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1372
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – Imóveis: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;
II – Veículos: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses;
I**II – Imóveis e veículos**: As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada;
IV – Imóveis e veículos: Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais | do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
V – Caução para imóveis: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;
VI – Caução para veículos: Será garantida através de caução idônea (exemplo de

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1373
Carimbado Eletronicamente

Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

caução idônea: Seguro garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação.
Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais).

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1374
Carimbado Eletronicamente

chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Leiloeiro, telefone 0800-707-9339, Chat no site do Leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link "Fale Conosco" ou diretamente pelo endereço **contato@rioleiloes.com.br**.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro, www.rioleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

OBSERVAÇÕES GERAIS: o Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
1375
Carimbado Eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Av. João Jazbick, nº. s/nº, Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ, CEP: 28470-000
Fone: (22) 3854-9646 | E-mail: sap01vara@tjrj.jus.br

13/07/2016 do CNJ.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os Executados **ANTÔNIO CARLOS BARROS DE LIMA (ESPÓLIO), HELLE NICE FREITAS LIMA (ESPÓLIO), NEY FREITAS LIMA (ESPÓLIO),** na pessoa dos representantes dos Espólios, **EVELYN MARTINS LIMA, FRANCISCO JOSÉ DE FREITAS LIMA,** e seus respectivos cônjuges se casados forem, os Terceiros Interessados **EUGÊNIO FREITAS LIMA, BERNARDO MARTINS LIMA, BEATRIZ MARTINS LIMA**, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca.

Santo Antônio de Pádua/RJ, em 31 de julho de 2025.

CRISTINA SODRÉ CHAVES
JUÍZA DE DIREITO